

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0019834292/2024 - SAP.ARC.AUN

### 1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 Trata-se de processo para o credenciamento de leiloeiros, responsável pela prestação dos serviços de avaliação e alienação por leilão público presencial e/ou eletrônico de bens móveis e de bens imóveis, tendo em vista que a Administração Direta e Indireta de todo o município de Joinville, não possui leiloeiro habilitado em seu quadro de servidores, conforme preconiza o Decreto nº 21.981/32.

1.2 Atualmente, existe em aberto o Credenciamento nº 036/2023, contudo deverá ser substituído diante da Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de abril de 2023, alterada pela Portaria SEGES/MGI Nº 4.932, DE 30 DE AGOSTO DE 2023, a qual dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, acerca do disposto no artigo 6º da citada Portaria:

*Art. 6º Os credenciamentos realizados, nos termos do disposto no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, **deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024.***

*Parágrafo único. A vigência dos contratos decorrentes dos procedimentos de credenciamento de que trata o caput observará o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.*

1.3 Diante da responsabilidade da administração na gestão do patrimônio público, acarreta a necessidade da abertura do processo de credenciamento para a habilitação do serviço de leiloeiros. O leiloeiro contratado, visa realizar a alienação contínua dos bens móveis considerados inservíveis, seja pela impossibilidade/inviabilidade de aproveitamento.

1.4 A contratação é indispensável para serem realizados os novos leilões pelo município e reduzido o custo de armazenamento, permitindo a reutilização dos espaços atualmente ocupados com bens inservíveis que estão desgastados pelo longo tempo de uso ou uso excessivo, ou que se tornaram obsoletos ou estão fora das normas vigentes ou foram danificados por uma recuperação antieconômica, ou foram substituídos por um novo modelo.

### 2 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

2.1 O credenciamento visa contratar leiloeiros para promover a alienação dos bens da Administração. Não se sabe de antemão o quantitativo estimado de leilões que serão necessários, bem como, do valor a ser arrecadado, em razão da natureza da contratação.

2.2 Cada Editais de Leilão da Administração será atendido com a contratação de 1 (um) leiloeiro.

2.3 O credenciamento utilizará o sistema de rodízio detalhado no Termo de Referência.

### 3 - ESTIMATIVA PRÉVIA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1 Não há custo da presente contratação para a Administração, em razão de sua natureza e a não cobrança de taxa da Administração (comitente). O recebimento de valores pelo leiloeiro está vinculado com o futuro Edital de Leilão, onde este receberá a título de comissão a taxa de 5% calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, conforme parágrafo único, artigo 24 do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932.

3.2 Os eventuais créditos para a Administração decorrente da alienação, considerando que o Edital de Credenciamento terá caráter permanente e não se sabe de antemão quais bens serão alienados, torna-se imprevisível e prejudicado informar um valor exato.

### 4 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

4.1 O credenciamento e o serviço de leiloeiro não permite a aplicação do "parcelamento por item" e do "parcelamento por item" conforme o Decreto nº 8.538/2015.

4.2 O credenciamento possibilita a habilitação de todos os interessados, desde que cumpram com os requisitos do Edital. Assim, a multiplicidade de credenciados, os quais prestarão o serviço em rodízio conforme solicitação da demanda pela Contratante, torna desnecessário a divisão dos itens em cotas reservadas e/ou exclusivas. Por sua vez, os itens não necessitam de parcelamento com o fim de ampliar a competitividade, em razão de que o objetivo é a contratação do maior número de prestadores de serviços para o atendimento da demanda.

## **5 - DEMAIS ITENS DO ARTIGO 18, §1º DA LEI 14.133/2021**

### **5.1 - Plano de contratações anual:**

5.1.1 O Plano de Contratações Anual de Unificação pode ser consultado no SEI 0015338982, contudo foi dispensado por meio do Decreto n.º 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa n.º 04/2022 (0015231284) da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024.

5.1.2 A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

### **5.2 - Requisitos da contratação:**

5.2.1 Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

a) Indicar número de aparelho telefônico móvel e e-mail do leiloeiro, para todas as tratativas referente a contratação.

b) Auxiliar e dirimir dúvidas com relação ao leilão público;

c) Obedecer, normas técnicas, resoluções, portarias e demais disposições legais da União, do Estado de Santa Catarina, do Município de Joinville e dos órgãos reguladores, que estejam em vigor, incluindo, o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, Instrução Normativa nº 113/2010 do Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC, Instrução Normativa nº 72/2019 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI, legislação municipal e/ou outras que venham substituí-las.

d) Dispor de endereço eletrônico com todos os requisitos de segurança e confiabilidade para as realizações de leilões;

e) Dar igual tratamento aos bens disponibilizados para o leilão, independentemente do seu valor ou liquidez;

f) Corrigir no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, após notificado, os serviços que apresentarem defeitos/vícios, ocultos ou não, e/ou que se tornarem impróprios para uso a que são destinados, e/ou, que não correspondam com o Termo de Referência, sem ônus para CONTRATANTE;

e) Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros;

f) Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

5.2.2 Os demais requisitos específicos estão dispostos no Termo de Referência.

5.2.3 Para a contratação, não se vislumbra necessidade de garantia contratual nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021.

### **5.3 - Levantamento de mercado (análise das alternativas possíveis, justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar):**

5.3.1 O objeto da contratação trata-se de credenciamento de leiloeiro. É imprescindível para a avaliação e alienação dos bens da Administração, cuja forma de contratação é prática comum do mercado, já amplamente realizada tanto na Administração Municipal, Estadual e Federal.

5.3.2 Para a presente contratação segundo o art. 31, §1º da Lei 14.133/2021 há duas possibilidades de contratação:

*Art. 31. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.*

*§ 1º Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.*

a) Contrato de prestação de serviço por pregão como de serviços contínuos, os quais, limitaria os participantes e não traria benefício econômico ao município, pois a contratação de leiloeiro enquadra-se na hipótese de credenciamento caracterizada pela ausência de competição, considerando que a profissão possui comissão fixa definida em lei, artigo 24, §1º do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932. Vale ressaltar que a taxa de comissão é custeada pelo arrematante, invés da Administração, assim não há razões para um julgamento de maior desconto sobre, apenas limitaria os interessados e vincularia a Administração a um único prestador.

b) O Credenciamento, sendo, a priori, para a presente contratação se mostra sendo a modalidade mais adequada, pois possibilitará a existência de diversos prestadores aptos para atender a contratação dos serviços na medida em que forem necessários, ao longo da contratação. E por serem itens específicos e de demanda contínua, porém não há como estipular precisamente a quantidade antecipadamente. Consonante texto normativo da Lei 14.133/2021:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;*

O credenciamento permite que todos os leiloeiros do Estado de Santa Catarina devidamente inscritos, regulares e que atendam as condições do Edital, estejam aptos a fornecer o serviço para o município, no sistema de rodízio de leiloeiros, cumprindo os princípios da isonomia, igualdade e da impessoalidade.

Alternativa apoiada através do Prejulgado nº 614 do Tribunal de Contas de Santa Catarina/SC e pela Procuradoria Geral da União, conforme segue:

*" (...) 2. A contratação de leiloeiro oficial, para promover leilão de bens da administração pública direta e indireta prestadora de serviço público ou cujo patrimônio público tenha sido destinado a atender a objetivo de interesse público relevante, deve obedecer a regra do art. 37, XXI da CRFB e a referida contratação deverá ser realizada por meio de credenciamento, considerando a inviabilidade de competição disposta no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/1993.*

*2.1. Deverão constar no edital de credenciamento que a remuneração do leiloeiro será única e exclusivamente por parte do arrematante dos bens leiloados, não despendendo a administração pública seus recursos próprios.*

*3. De acordo com o Decreto nº 21.981/32 e a Instrução Normativa nº 17/2013 do Departamento de Registro Empresarial e Integração, não é admissível que leiloeiros sejam contratados em sociedade, mesmo que de fato com outros(s) leiloeiro(s), para atuarem junto a órgãos e entidades públicas no âmbito estadual e municipal, haja vista que não é permitido o exercício das atividades de leiloeiro mediante pessoa jurídica por ele integrada ou administrada.*

*(Prejulgado: 0614 - oriundo da Decisão nº 283/1998 exarada no Processo CON-TC0434000/86, Item 3 do Prejulgado reformado pelo Tribunal Pleno pela Decisão nº 430/18, exarada no Processo @CON 17/00708675 e Item 2 do Prejulgado reformado pelo Tribunal Pleno pela Decisão nº 283/19 exarada no Processo @CON-18/00538844)"*

*"(...) O instituto do credenciamento é uma forma de contratação direta adotada pela Administração Pública, e possui como fundamento o caput do art. 25 da Lei 8.666/1993, que prevê a possibilidade de contratação sem licitação prévia, nos casos em que exista inviabilidade de competição. (...) De fato, é entendimento majoritário da doutrina e dos Tribunais de Contas que os casos de inexigibilidade da licitação, indicados nos incisos do art. 25 da lei, constituem rol meramente exemplificativo, podendo existir, além das hipóteses tratadas nos incisos do dispositivo, outros casos não previstos expressamente e que podem ensejar a inviabilidade de competição, como acontece no credenciamento". ( Parecer PCLF/PFE/DNIT n.º 066/2012, no Processo nº 50600.02449/2011-33 - Procuradoria Geral da União, sobre a contratação de leiloeiro oficial para venda de bens móveis inservíveis.)*

5.3.3 Destaca-se que a modalidade de credenciamento como a mais adequada, pois, o objeto da contratação, trata-se de serviço de demanda com imprevisibilidade da necessidade. Deste modo, o cadastro de vários prestadores credenciados garante maior segurança a Administração na efetiva realização da prestação dos serviços.

5.3.4 Em suma, entre as soluções de mercado, consideraram-se as peculiaridades de cada opção e sua viabilidade econômica, a referida modalidade de licitação permite o cadastro de prestadores, economizando tempo e recurso durante o processo licitatório. A presente solução já vem sendo praticada pelo município desde Credenciamento 036/2023. Logo, a contratação por Credenciamento demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público para o credenciamento de leiloeiros.

#### **5.4 - Descrição da solução, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:**

5.4.1 Tendo em vista que em se tratando de serviço comum, cuja demanda é contínua e imprevisível, bem como, cuja interrupção pode causar prejuízos ao erário, optou-se pela forma de contratação contínua e ininterrupta por credenciamento.

5.4.2 A contratação é mais vantajosa para a Administração, pois permitirá que cada unidade requisitante solicite que os credenciados realizem os leilões, sempre que houver bens obsoletos, ociosos, antieconômicos ou inservíveis, sem a necessidade de manter a contratação com prestadores exclusivos, garantindo que o serviço atenda a necessidade da Administração com maior celeridade sem causar ônus adicionais.

5.4.3 O credenciamento, por não possuir uma obrigatoriedade na solicitação/contratação, não exige o bloqueio orçamentário até a efetiva solicitação do item, permitindo que as unidades requisitantes, quando for o caso, realoquem seus recursos, inclusive auxiliando em situações de urgência e emergência que podem alterar as prioridades orçamentárias.

5.4.4 O credenciamento garante uma maior economia ao erário, pois apesar da demanda existir constantemente, é sazonal. Além de reduzir os custos indiretos que envolvem o processo licitatório anualmente e trazer segurança para que o município seja atendido amplamente por diversos prestadores.

5.4.5 A contratação por credenciamento, também, proporciona um vínculo entre vários prestadores, garantindo que a Administração não venha eventualmente sofrer com falta de fornecimento do serviço.

#### **5.5 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:**

5.5.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

5.5.2 Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade já existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste estudo.

5.5.3 O credenciamento de leiloeiros, permite a realização de leilões, previnindo os custos excessivos com itens inutilizados, garantindo a arrecadação monetária e a restituição de parte do valor investido ao erário, permitindo com os valores arrematados a aquisição de novos bens que melhor atendam a necessidade.

#### **5.6 - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:**

5.6.1 Importante pontuar que o Termo de Referência determina quais serão as unidades fiscalizadoras,

tais unidades estão munidas de equipe técnica com servidores experientes em fiscalização e que possuem amplo conhecimento acerca da contratação, podendo inclusive, entre si, solicitarem suporte.

5.6.2 As unidades participantes, quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, observará o princípio da segregação de funções, garantindo que os membros da elaboração da fase preparatória não atuem como membros da comissão de fiscalização.

5.6.3 Não serão adotadas providencias adicionais.

5.7 - Contratações correlatas e/ou interdependentes:

5.7.1 Os Editais de Leilão futuros, estarão vinculados a esta contratação, tendo em vista a necessidade de leiloeiro oficial para sua prática.

5.8 - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

5.8.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação.

6 - CONCLUSÃO - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO (OBRIGATÓRIO)

	Probabilidade P	
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

6.1 - Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

Risco: Possibilidade de ocorrência de credenciamento deserta/fracassada diante da oscilação de preços no mercado.

#### 6.1.1 - Identificação de Riscos - Probabilidade (P):

- Nível 1: Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.

#### 6.1.2 - Análise de riscos - Impacto (I):

- Nível 2: Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.

#### 6.1.3 - Avaliação de riscos - Probabilidade (P) \* Impacto (I):

- Os riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como **baixo**.

#### 6.1.4 - Tratamento de riscos:

- Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de mitigar.

- Medida: A futura pesquisa de preços deverá considerar eventual possibilidade de oscilação dos preços dos produtos no mercado, com vistas a prevenir licitações desertas e/ou fracassadas.

**6.1.5 - Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:**

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		Médio Prazo
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		Médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		X	Mitigado
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

**Conclusão:** Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução: *"Credenciamento de leiloeiro para a prestação dos serviços de avaliação e alienação por leilão público presencial e/ou eletrônico de bens móveis e de bens imóveis"*. descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

Cumprir destacar que a contratação trata do credenciamento de leiloeiros, cuja inexecução atinge diretamente o funcionamento adequado das instalações públicas, compromete o atendimento à população e pode causar dano grave ao erário público. O binômio adequação da contratação em relação ao atendimento da necessidade é intrínseco ao objeto da contratação.

## 7 - Anexo - Checklist do Estudo Técnico Preliminar

N.º	Requisitos	Sim	Não	Não se aplica	Observações
1*	Consta no ETP a descrição clara e objetiva, devidamente fundamentada da necessidade da contratação	X			
2	A contratação foi indicada no Documento de Formalização de Demanda	X			
3	Descrição dos requisitos da contratação	X			
3.1	Foi analisado o critério de sustentabilidade	X			
3.2	Foi analisada a necessidade de garantia, treinamento e instalação	X			
3.3	Foi analisada a indicação dos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração	X			
Estudo Técnico Preliminar - ETP 0019834292 SEI 24.0.008811-4/ pg.15					

4	Levantamento de mercado, com a justificativa técnica e econômica	X			
4.1	Foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como a iniciativa privada?	X			
4.2	Foi realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições		X		
4.3	Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular	X			
4.4	Foram consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.	X			
5	Consta no ETP a descrição da solução como um todo, contemplando os requisitos da contratação, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.	X			
6*	<b>Consta no ETP estimativas das quantidades para a contratação, e os documentos que lhes dão suporte.</b>	X			
6.1	Foi realizado levantamento das quantidades necessárias juntos às Unidades com vistas a não ocorrer demanda não atendida dentro do planejamento.	X			
7*	<b>Consta no ETP estimativa prévia do valor da contratação, acompanhada dos documentos que lhe dão suporte, podendo ser utilizado como parâmetro o valor das contratações anteriores acrescido/decrecido de percentual considerado pela requisitante como possível acréscimo/decrécimo da demanda.</b>	X			
8*	<b>Consta no ETP justificativas para o parcelamento ou não da solução.</b>	X			
9	Foram consideradas as contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação.	X			
10	A contratação está prevista no plano de contratações anual, ou, se for o caso, justificativa da ausência de previsão.	X			
10.1	Há previsão de custeio da contratação com recursos da União.	X			
10.2	A contratação será obra ou serviço de engenharia.		X		
10.3	Em caso de a contratação ser eventualmente custeada com recursos da União, consta ressalva clara no ETP acerca da impossibilidade de cotação com fornecedores, nos termos do artigo 23, §2º da Lei 14.133/2021.		X		
11	Consta no ETP o demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.	X			
12	Consta no ETP as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.	X			
13	Consta no ETP a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.	X			
14*	<b>Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, observando eventual risco da contratação para a Administração.</b>	X			
14.1	<b>Foram analisados os riscos de comprometimento da boa execução contratual, aferindo-se e sanando-se no ETP, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento levando em consideração:</b> a) o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas; b) contratações anteriores com objeto semelhante.	X			
14.2	<b>Trata-se de contratação que, independentemente do valor, envolve complexidade, singularidade, ou se refere a um modelo de contratação não realizado anteriormente, mas com possibilidade de risco moderado/médio ou superior de dano ao erário. Em caso positivo, consta no ETP ressalva sobre elaboração do Mapa de Riscos para a contratação?</b>		X		



Documento assinado eletronicamente por **Evelin Fernanda Vargas, Coordenador(a)**, em 19/02/2024, às 09:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Athina Roandra Pedroso de Melo, Servidor(a) Público(a)**, em 23/02/2024, às 12:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0019834292** e o código CRC **09B554DD**.

